

FLÁVIO AGUIAR

89-91



A eleição da chapa em que era candidato à presidência da Adusp foi a última, até agora, em que houve disputa. Faziam parte de nossa chapa os professores Otaviano Helene (1º vice), que depois viria a ser também presidente da entidade, José Eduardo Bicudo (2º vice), Hélio Morishita (1º secretário), Ricardo Pontes (2º secretário), Kátia Primavera (1ª tesoureira) e Ozírde Monzoli Neto (2º tesoureiro). Estes dois últimos, como eu, também faziam parte da diretoria imediatamente anterior.

Vivíamos um momento muito delicado. Vínhamos de uma greve (a de 1988) que levava a um enfrentamento de grandes proporções com o governo Quéricia. Este acabara de instituir o percentual do ICMS para as universidades com a sua “autonomia”, o que, na verdade, era na época uma maneira de livrar-se e de vingar-se delas. Isto é muito curioso: vendo-se a trajetória dos personagens conclui-se, hoje, que a

idéia do percentual correspondia muito mais aos ideais dos então reitores José Goldemberg e sobretudo Paulo Renato de Souza (da Unicamp), respectivamente ex- e atual ministro.

A greve, se obtivera alguns avanços, deixara seqüelas entre os correligionários da nossa chapa, que mantivera o nome de Participação, pois muitos de nossos colegas não concordaram com a posição da diretoria, em novembro de 88, no sentido de defender o fim da mesma. Havia outros que achavam ainda que fôramos pouco firmes no episódio da “lista dos improdutivos” ao não se exigir a queda do reitor Goldemberg naquele momento. Além disso, nossos adversários criticavam, como era de tradição, nossa aproximação com a Andes, já naquela altura um sindicato nacional da categoria, e nossa simpatia pela CUT. O clima da eleição, para nós, era bastante apreensivo. Apesar dessas dificuldades, nossa chapa venceu as eleições. Para presidente, obtivemos no total 1.079 votos (a votação

era nominal), contra 937 dados ao professor Hamilton Correia, nosso adversário. Essa votação da oposição representava uma recuperação de terreno para ela, que tivera, na eleição anterior, 861 votos (1.272 em 85 e 1.121 em 83). No entanto, curiosamente, a partir daí a oposição sumiu de vez, e até hoje não se organizou outra.

Esse foi um ônus muito grande para a gestão, pois a interlocução com o movimento perde um pouco de sua dinâmica.

A direção passa quase a funcionar progressivamente “por delegação”.

Eleitos, tocamos adiante o nosso programa. Estivemos envolvidos em várias frentes de luta, tanto no plano interno como no plano externo. Tínhamos poucos recursos, e o sentimento de “delegação” aliado àquele de “decepção” a que me referi antes foi nos roubando alguns dos militantes mais tradicionais, além das naturais vicissitudes de doutorados, afastamentos e atividades semelhantes. Em 1989 os temas mais candentes de que tivemos de cuidar foram a Constituinte Estadual e a escolha do reitor da USP dentro das normas do novo Estatuto. Quanto ao primeiro, nos batemos pelo ensino público e pela manutenção na constituição da dotação da Fapesp e de sua ampliação, além de termos também nos batido pela manutenção das responsabilidades do Estado quanto ao serviço público. Essa atividade, além da luta específica, levou-nos a um estreitamento de relações com a bancada progressista na Assembléia Legislativa, que, mais tarde, foi útil quando das votações das Leis de Diretrizes Orçamentárias, pois a partir de 1990 o percentual das universidades começou a ser discutido aí, em lugar do decreto do governador. Quanto à escolha de reitor, o resultado do processo não foi bom para nós, do movimento docente organizado. Não me refiro aí ao nome do escolhido – o professor Lobo – que, quero ressaltar, como reitor sempre manteve conosco, dentro das diferenças e divergências, um tratamento respeitoso e sério. Refiro-me ao fato de que pela primeira vez não patrocinamos uma eleição de reitor; os candidatos fecharam um pacto de só se inscreverem nas eleições diretas se todos o fizessem. Conversamos com todos, e houve concordância, menos da parte do professor Ubriaco. Ao mesmo tempo

não havia um candidato que se identificasse mais claramente com os princípios do movimento docente. Assim, a escolha de reitor passou muito ao largo de nós, e, embora esteja entre aqueles que pensam que o movimento docente de caráter sindical não deva ter candidatos próprios, acho que essa distância muito grande que se criou não é boa para a universidade nem para o movimento.

A partir de 89 e ao longo de 90, nossa atuação na frente legal se ampliou muito, com nossa presença constante na discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Câmara Federal, em Brasília. A Andes definira um projeto próprio, com uma grande colaboração do professor Chico Miraglia, que fora presidente da Adusp na gestão anterior, e da professora Inez Navarro, da Universidade Federal da Paraíba, além, é claro, de vários outros companheiros. Como tínhamos uma relação muito estreita com a Andes, isso nos credenciava para acompanhar as discussões no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que tinha interlocução com a Comissão de Educação do Congresso Nacional. Foi uma luta acirrada, onde se definiu um projeto de lei que, se não era o dos nossos sonhos, também não era o dos nossos pesadelos. Esse projeto, mais recentemente, foi atravessado, graças a manobras no Senado, pelo do Senador Darcy Ribeiro, que, em sua indefinição, satisfaz mais o atual governo e sua política de fatos consumados através do executivo.

Do ponto de vista salarial, eu diria que 90 foi um ano “de estudos”. Pela primeira vez estávamos compelidos – entidades e reitores – a sentarmo-nos frente à frente em reuniões sistemáticas para discutirmos índices, verbas e prioridades. Não havia muita disposição para greves, pois o furacão do governo Collor semeava dúvidas, atiçava perplexidades, embora desde logo tivéssemos uma posição muito firme de discutir a fundo e ser contra seus planos mirabolantes, os pessoais e os neoliberais. Durante a campanha presidencial, no ano anterior, organizáramos alguns debates, tendo comparecido os candidatos Paulo Bisol (vice da Frente Brasil Popular), Roberto Freire e Ademar de Barros Filho. Nas discussões sobre salários, as dificuldades eram muitas, pois se já era difícil conciliar as propostas das entidades, as

disputas, embora veladas, entre os reitores eram visíveis e freqüentes. A Unesp vivia uma situação crônica de penúria; a USP ia com uma mão na frente e outra atrás; a Unicamp estava em posição mais cômoda. Progressivamente tivemos de ir enfrentando a disposição crescente da Unicamp de dar uma alternativa, a nosso ver, muito perigosa para o movimento docente e de funcionários nas universidades estaduais paulistas. E perigosa, entre outros motivos, porque de certo modo atraente.

Ainda em 90, procedemos ao processo de sindicalização de nossa entidade, transformando-a, sem perda de sua autonomia, em seção sindical da Andes – Sindicato Nacional. No nosso entender isto fazia que ela adquirisse de direito um estatuto que já tinha de fato, além de cobrir espaço que virtualmente poderia vir a ser ocupado por aventureiros de ocasião. Ao contrário do que se previa, a transformação deu-se tranqüilamente, num processo democrático que atestou o interesse que o tema provocava, pois atraiu cerca de 1.500 votantes no total, entre favoráveis e contrários. Paralelamente, tentávamos estreitar os laços entre a capital e o interior, através de visitas freqüentes, acompanhamento das questões específicas e de iniciativas que levassem à abertura de sedes nos outros *campi*, o que acabou acontecendo. Tivemos muitas iniciativas conjuntas com o movimento dos funcionários, estreitando as nossas relações também no interior. Levados pela insatisfação salarial, os funcionários foram a uma greve em separado. Isto deu margem a um incidente muito grave, quando muitos deles foram brutalmente espancados pela Polícia Militar na rótula de entrada da universidade. Alguns foram presos, embora soltos depois. O clima ficou muito tenso na ocasião, porque correu a versão de que houve interferência da direção da Academia de Polícia no episódio. Isso nunca se esclareceu devidamente, e o episódio terminou com a substituição do oficial de segurança junto à USP. Mas a figura do oficial continuou existindo.

Em 91, tivemos nosso primeiro enfrentamento mais sério com ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas em torno da questão salarial. Além disso, começamos uma luta mais sistemática para intervir na Lei de Diretrizes Orçamentárias, defendendo o ensino público e as univer-

sidades. Naquele ano, para surpresa geral, quase conseguimos modificar o percentual do ICMS atribuído às universidades: perdemos por muito pouco, o que, é claro, animou o movimento para os anos subseqüentes. A partir de março, começamos as discussões em torno dos índices salariais. A Unicamp insistia em sua política de dar reajustes em separado, chamados de “antecipações”. Isso fez às vezes com que o clima se azedasse bastante nas reuniões. Afinal, em 10 de abril, assinamos um protocolo em que se estabelecia o dia 1º de maio como data-base das universidades e o fórum das entidades e do Cruesp como aquele de negociação, conjurando o perigo das negociações em separado. Prevíamos, o que se confirmou, uma arrecadação maior do ICMS do que aquela esgrimida pelos reitores, o que veio a se tornar rotina. Estávamos certos; o descontentamento salarial era latente; a conjuração desses fatores deu ânimo ao movimento para uma greve que, embora não tão candente nem animada como aquela de 88, conseguiu um desafogo salarial momentâneo. Nesse clima processaram-se as eleições e a nova chapa Participação, com o professor João Zanetic como presidente, assumiu num clima de festa. No final da gestão, participamos de comissão onde o representante da reitoria era o professor Cordani, que elaborou projeto de regulamentação dos contratos precários. O projeto acabou engavetado.

Hoje avalio que a gestão 89-91, na Adusp, encerrou um momento na entidade: o corporativo. E abriu outro, o da sindicalização, que ainda está em processo. Ao mesmo tempo, assistimos a transformações muito sensíveis no imaginário dos professores universitários, na USP e no país. Penso que saímos de uma concepção onde predominava a visão estamental para uma encruzilhada onde se debatem, nos corações e mentes de todos, visões colidentes: de um lado, uma identificação crescente com a sorte difícil, às vezes amarga, dos trabalhadores; do outro, a crença em que uma universidade gerenciada possa transformar-nos em vetores de recursos individualizados ou departamentalizados, ou nucleares, que tragam prestígio e ansiados desafogos. Sei que o debate nas almas é candente. Esperemos que as respostas sejam boas e construtivas para o ensino público.